

Errância na comunicação: erro, silêncio e arte em Michel Pêcheux¹

João Flávio de ALMEIDA²

RESUMO:

Ao olhar para a linguagem e para a comunicação, em Pêcheux, impõe-se também a tarefa de observar sua relação não só com os dizeres, mas, de igual forma, com os não-dizeres do “silêncio”. Logo, para se falar em “boa” comunicação, deve-se também observar sua relação com o erro e com a errância. A hipótese deste artigo é a de que a linguagem e a comunicação, ao recusarem ideologicamente a errância fundamental que lhes constitui, sedentariza suas possibilidades e estanca o processo de significação que atravessa a linguagem jornalística e a linguagem publicitária. Fundamentado na Análise do Discurso de Michel Pêcheux (2009), este artigo buscará conceituar o papel da errância na linguagem e na comunicação, observando sua íntima relação com o erro.

PALAVRAS-CHAVE: Erro, errância, comunicação, Michel Pêcheux.

INTRODUÇÃO: ERRÂNCIA E SILÊNCIO

Falar sobre o silêncio parece uma empreitada fadada ao colapso. Assemelha-se a lançar luz em um quarto escuro na tentativa de observar a escuridão. Assim, a primeira distinção necessária diz respeito à dimensão do silêncio que será abordada nesta pesquisa, a saber, um silêncio concebido não pela negatividade e passividade em relação à fala, mas sim pela atividade positiva de sua presença, evidência de uma relação fundamental entre o dito e o não-dito. Isso implica afirmar que há silêncio em cada palavra dita, que o silêncio atravessa toda a linguagem e, paradoxalmente, fala.

Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo (ORLANDI, 2007, p. 27).

Faz-se necessário salvaguardar nossa concepção de silêncio de certo misticismo reprovado por diversos filósofos (NASSIM, 2000), e evidente quando se toma como ponto de partida aquele silêncio que existia antes da humanidade (nem negativo nem

¹ Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos interdisciplinares em comunicação, do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Doutorando do curso de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) da UFSCar. Professor no curso de comunicação social da Universidade de Ribeirão Preto – joaoflaviodealmeida@gmail.com

positivo), ou seja, antes que o silêncio pudesse ser apreendido como significação. De fato, a relação de coexistência entre silêncio e linguagem impossibilita considerarmos linguagem sem silêncio, e da mesma forma, o contrário. Orlandi já resguardava: *“Fundador não significa ‘originário’, nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, autossuficiente, preexistente”* (ORLANDI, 2007, p.23).

Essa aproximação entre linguagem e silêncio, contudo, nos permite observar suas formas de funcionamento: enquanto no silêncio o sentido, o sujeito (e por que não a história?) se movem livremente, na linguagem impera a estabilização (ORLANDI, 2007). Mas o que isso quer dizer? Quais as implicações dessas observações para a comunicação humana e para a linguagem, em seu sentido mais abrangente?

A linguagem é a categorização do silêncio, é a sedentarização da significação que, antes do dizer, vaga errante pelo silêncio. Isso quer dizer que no silêncio os sentidos são livres como as ondas do mar: contingentes, plenos, disformes, inapreensíveis. Quando o silêncio é percebido como significação, o que ele significa não é um ‘nada’, uma falta, mas sim um ‘todo’ indefinível, uma pluralidade incontável e indizível de sentidos que emanam da mais plena possibilidade contingente (ORLANDI, 2007). Quando o silêncio é colocado em questão e potencializado como um possível vir-a-ser, ele significa ‘tudo’, mas não a plenitude na linguagem e sim no silêncio.

[...] se pode perceber o silêncio como o estado primeiro, aparecendo a palavra já como movimento em torno. Na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é (ORLANDI, 2007, p.31).

Paradoxalmente esta plenitude de sentidos não recebe boa acolhida quando é percebida: ‘tudo’ parece ser demais. Quando o silêncio é reconhecido como significação é como se a humanidade fosse colocada diante da plenitude do universo, de uma quantidade incalculável de sentidos que a atemoriza. Inesperadamente a tranquilidade do silêncio se mostra inquietante demais, abrangente demais, indefinível demais.

A forma de tentar solucionar tal problema, contudo, se mostra trágica (no sentido grego): entende-se que é preciso interromper essa plenitude de sentidos e interditar essa passagem do todo pela significação. É preciso, enfim, falar.

A NEGATIVIDADE DA FALA

A fala é o Interdito (Tfouni, 2008), a interrupção da passagem plena e contínua da significação total. Quando a fala surge, o silêncio é cortado e fracionado numa tentativa de ordenar, compreender e instrumentalizar os sentidos. Agora a totalidade da significação é interditada pela fala e passa a ser calculável (ORLANDI, 2007), logo, menos intimidante e aterradora.

O ato de falar é o de separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evita-lo. Este gesto disciplina o significar, pois já é um projeto de sedentarização do sentido. A linguagem estabiliza o movimento dos sentidos. No silêncio, ao contrário, sentido e sujeito se movem largamente (ORLANDI, 2007, p. 27).

O momento da fala (o momento da tomada da palavra) é, portanto, o interdito: a interdição da plenitude da significação do silêncio. Se no silêncio a significação é pura possibilidade contingente (um pleno vir-a-ser, uma perfeita potência de significação, uma suspensão perene dos sentidos), o momento da fala é o esforço feito para que a significação se instale, pouse e tente fazer morada (TFOUNI, 2012). A língua, assim, é o processo de realizar sucessivos cortes no silêncio numa tentativa de que a significação fique cada vez menor, fragmentada, particularizada, e conseqüentemente, mais clara, eficiente e estabilizada.

O possível e o impossível aparecem coexistindo o processo de significação antes mesmo do corte realizado no silêncio. Antes do interdito, ou seja, antes da fala, o dizer é da ordem do possível e do impossível, concomitantemente. Possível, por que os dados ainda não foram jogados e os números são desconhecidos, logo pode ser qualquer um, ou mais: é possível que os dados não sejam jogados. Essa metáfora, usada por Tfouni, (TFOUNI, 2008), nos ajuda a entender que, antes do interdito, nada foi dito, e tudo pode vir-a-ser-dito. Todos os dizeres estão em forma de potência, aguardando a atualização (materialização) de um; ou mais, é possível que nenhum dizer seja atualizado e trazido para o campo (jogo) das palavras. Por outro lado, antes do interdito o dizer é também da ordem do impossível: impossível significar. Como nenhum corte ainda foi feito no silêncio signficante, nenhum sentido ainda foi levado para o campo verbal. De igual forma, a significação é também possível e impossível. No silêncio, como já vimos, ela é pura possibilidade contingente, já que nada foi dito. Mas também é impossível, por que

se os dados não forem jogados (se a palavra não for tomada), o dizer será um possível eternamente aguardando seu devir, ou seja, impossível de ser atualizado.

Neste movimento de interdição da plenitude dos sentidos, a língua, portanto, revela sua faceta mais contraditória. Por ser o recurso usado para reter a totalidade dos sentidos, a língua não pode, por outro lado, carregar em si essa totalidade de sentidos. Ela é um mero corte no silêncio, apenas um processo de interdição, logo, a língua é a aparência (o visível) de algo maior e muito mais profundo, como as ondas que dão forma e limite às profundezas do mar e interditam sua aparência total: servem de muro, divisa. Ora, se a onda dá contornos ao mar, a onda não pode conter a magnitude e a profundidade do mar: apenas o envolve. Ou seja, língua, justamente por interditar a significação plena, se defronta com certa impossibilidade: ela é impossível de “tudo dizer” (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.32).

A linguagem supõe, pois, a transformação da matéria significante por excelência (silêncio) em significados apreensíveis, verbalizáveis. [...] Ao tornar visível a significação, a fala transforma a própria natureza da significação (ORLANDI, 2007, p.33).

Assim, a língua, quando interdita e tenta instrumentalizar a significação, se depara com sua verdade maior: o real da língua, a falta fundamental que impossibilita que a significação, outrora plena no silêncio, passe inteiramente para a significação na língua. O real da língua mostra-se, portanto, como uma ‘ausência fundamental’ que impossibilita sua própria significação; e quando escapa da significação, o real da língua revela a incompletude da língua, incompletude manifesta nos equívocos, nos deslizes, nas ambiguidades...

Portanto, o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas (atestadas e demonstradas pela existência do lapso, do Witz e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo) (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.55).

O real da língua é o toque da incompletude, aquela falta que impossibilita à língua tudo significar. Na passagem da significação do silêncio para a linguagem, a língua, justamente por ser uma fissura na plenitude da significação, não é capaz de possuir, ela mesma, a plenitude que acabara de romper e impedir. *“O concreto com o qual a linguística trabalha, de natureza negativa, é o efeito propriamente linguístico*

desse real” (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.33). O real da língua é o efeito negativo que furta a completude dos sentidos quando a palavra é tomada, quando a significação plena no silêncio é cortada pela língua. Assim, para que exista linguagem ao invés de silêncio, o real impõe uma urgência: uma porção da significação deverá permanecer perenemente excluída do campo do dizível. Agora o toque da falta acompanhará a língua como uma cicatriz que arranha sua face e lhe furta a completude. Esse efeito de incompletude que caminha com a língua, essa cicatriz, recebe o nome, a partir de Lacan, de Alíngua³.

Para dar nome a esse real (anti sentido, ou ante (antes do) sentido, impossível como tal, como Lacan faz notar o real é a aversão (l'aversion) ao sentido e ao mesmo tempo a versão (laversion) do sentido) que se manifesta na língua, Lacan vai criar o termo *lalangue* (TFOUNI E LAUREANO, 2007).

A ‘Alíngua’ é a cicatriz consequente do corte que a língua faz no silêncio. É uma espécie de não-face, ou seja, ela é a falta presente na língua. Ela não é o rosto riscado, mas a parte que ficou no toque do real quando a língua cortou o silêncio, um recuo asignificante, Alíngua: o impossível que existe e transita na língua em forma de ‘Alíngua’. O real, anti-sentido, faz nascer a Alíngua, o não-sentido. A Alíngua, portanto, mostra-se como a presença do real *na* língua, o legado fundamental que o real infunde à língua: marcas do silêncio na fala.

A repetição do significante na Alíngua não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia⁴, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.55).

Essa marca, portanto, revela o fracasso do projeto de significação através da linguagem: pelos vãos das cicatrizes da Alíngua na língua decorre escorrer silêncio, o que coagula o projeto de significar plenamente através das palavras. Prova disso? O equívoco, a ambiguidade, o deslize: incompletudes. A Alíngua é a falta que acompanha a língua, ou melhor, é a marca do real que igualmente a constitui (TFOUNI, 2008).

³ *Lalangue*, Alíngua. Optamos, neste texto, por usar o termo conforme ele é apresentado na tradução da obra feita por Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello, pela Editora Pontes, 2004. Este termo nos é conveniente pela apresentação do prefixo ‘a’, que denota negação, falta ou ausência, algo como ‘não-língua’; melhor que ‘anti-língua’, uma oposição à língua, que não é o caso.

Esse escoamento de silêncio para o interior da língua, através da Alíngua, é a presença do impossível na palavra, da não-estabilização plena dos sentidos, ou seja, é a cissura por onde a contingência e o possível emanam do silêncio e se instalam no interior da palavra. Logo, por mais que se faça cortes no silêncio em sucessivas e intermináveis tomadas de palavra, explicações, aulas, sermões, comícios, palestras e discussões, o silêncio que emana pela Alíngua traz o impossível para o interior da linguagem: é a impossibilidade de tudo comunicar, a impossibilidade da clareza plena e da estabilização completa e, finalmente, a impossibilidade da compreensão. Quando o real toca a língua e o silêncio impossibilita a significação plena na língua, já não falamos em compreensão, mas em interpretação. Afinal, no momento da interdição algo é dito, contudo, uma enorme profusão de sentidos ficou no silêncio que escapou para dentro da língua. Depois que a palavra é tomada, o dito é da ordem do impossível: impossível ser outro, impossível não ser. A significação, contudo, é da ordem do possível contingente: pode ser outra, deixar de ser, ou nunca ser. E isso se dá pela multidão de sentidos que rondam cada palavra: sentidos silenciados, mas possíveis.

Falar em “efeitos de sentido” é, pois, aceitar que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos. Daí a presença do equívoco, do sem-sentido, do sentido “outro” e, conseqüentemente, do investimento em “um” sentido (ORLANDI, 2007, p.22).

Daí os deslizos de sentidos. Daí o incompreendido, o mal compreendido, o ambíguo, o misterioso, o ignorado, o velado, o ocultado, o subvertido, o embuste... Daí o investimento em “um” sentido, já que na interpretação escolhe-se um, ou melhor: aceita-se um. E é nesse momento teórico que aparece a Ideologia, a força que tenta estabelecer uma única interpretação e fazer pousar noutros lugares aquela multidão de sentidos que voam ao redor da palavra. Tentativa esta que *a priori* se mostra fadada ao fracasso, afinal, escorre silêncio por toda língua.

O silêncio, mediando as relações entre linguagens, mundo e pensamento, resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e significa de outras maneiras (ORLANDI, 2007, p.37).

E assim nos defrontamos novamente com o possível e o impossível coexistindo o processo de significação, agora pós-interdito. Se antes do corte no silêncio o dizer era impossível, por não ter se realizado, e possível, por poder vir-a-ser-qualquer-um ou

nenhum, agora o dito é impossível de ser outro, já que foi atualizado e realizado. Agora que a palavra foi tomada (dita, escrita, cantada, pintada...) e um enunciado foi emitido na tentativa de significar, é impossível esta palavra não-ser ou vir-a-ser-outra: ela se atualizou, se materializou. Já a significação é da ordem do possível, justamente por que pela Alíngua algum silêncio escorreu para o “verbal”. Ou seja, apesar da tentativa de se estabelecer um único sentido para aquele enunciado, sempre é possível ao sentido vir-a-ser-outro, ou vir-a-não-ser. Em outras palavras, não é por que se disse que se significou. E se significou, não é necessariamente impossível que os sentidos não venham a ser outros, ou incompletos, ou equivocados.

QUANTO VALE CADA INTERDITO?

Já falamos sobre o interdito, o corte no silêncio que é destotalizado pelo real da língua. Essa fissura causada pela palavra, no entanto, ainda se mostra ineficiente no processo de significar verbalmente, afinal, se uma andorinha não faz verão, uma única palavra não faz uma língua. O que queremos dizer com isso é que para se reter, cortar e costurar os sentidos do silêncio, será necessário um sistema de interditos que modelem e disciplinem o silêncio.

Isso quer dizer que uma porção de sentidos só pode ser delimitada através de diversos cortes no silêncio, dando-lhe contornos e limites. O que nos leva a pensar que o silêncio que emana para o interior desse sistema ocasiona o que Saussure chamou de Valor do Signo (VICENZI, 2009). Em nosso texto isso implica assumir que a língua existe como negatividade em relação ao silêncio (ORLANDI, 2007, p.27), como se cada enunciado ou palavra não fizesse mais do que apartar um segmento de sentidos de outros. Logo, cada corte na língua só faz efeito na significação quando em relação a um sistema, quando passa a ter um valor justamente por oposição a outros cortes. O que nos leva a indagar: quanto vale cada signo linguístico em sua relação com outros, dentro do sistema estabelecido pela linguagem?

A pergunta que nos instiga nesse momento é: a relação entre cada interdito e a significação é (1) uma relação arbitrária, constituída meramente por uma espécie de imposição social ou (2) uma relação de oposição entre cada interdito, constituindo signos que se sustentam num sistema de oposições? “*Se for absolutamente necessária uma pedra*

de toque da teoria, onde buscá-la? No arbitrário do signo ou no valor?” (GADET E PÊCHEUX, 2004).

Uma primeira distinção já fica evidente: valor e significação são noções distintas. O sentido de uma palavra se dá pela relação dela com seu próprio exterior. Isso quer dizer que, por fazer parte de um sistema, a palavra *“está revestida de uma significação e de um valor e isso é coisa muito diferente”* (SAUSSURE, 1975, p. 134).

Quando a língua interdita a plenitude dos sentidos no silêncio já há significação, afinal o processo de cortar o silêncio consiste justamente em unir um significado a um significante, um procedimento arbitrário que, fosse o único no processo de constituição da língua, poderíamos supor alcançar uma língua completa e fechada, desprovida de silêncios em seu interior. Todavia isso não é tudo. A passagem do sentido do silêncio para a língua também envolve a construção de uma correlação entre os signos que cortam o silêncio, ou seja, o valor que cada signo recebe. Logo, o valor do signo não se constitui por sua qualidade própria e positiva, mas por oposição aos demais; o que se estabelece aí é o Princípio da Diferença.

Isso quer dizer que arbitrariamente se pode condicionar o signo ‘sol’ para representar o astro luminoso que aquece nosso planeta. Contudo podemos observar que a palavra sol terá valores diferentes quanto colocada em relação (oposição ou aproximação) com outros signos. Quando na poesia é dito que um amor se torna “o sol da vida” do poeta, o que a palavra sol vale ali é diferente de sua presença na expressão cotidiana “sentar-se ao sol”.

O valor da palavra sol resulta do jogo de relações de diferenças e oposição entre os termos, mantido no sistema da língua, o seu valor é outorgado pela força social que o sanciona, assim uma parte do valor da palavra sol é fixado pela coletividade (o valor em si), mas ao mesmo tempo, em estando no sistema da língua, a palavra sol permanece em relação recíproca com os outros termos, a relação recíproca entre os termos possibilitará que o seu valor (o valor em si) nunca esteja totalmente determinado (DA SILVA, 2008).

Logo, o valor de um signo resulta da presença simultânea de outros signos, de palavras vizinhas que se limitam reciprocamente. São efeitos de significação que atuam a) ora diferenciando - quando contrastadas por desigualdades suscetíveis de serem trocadas; b) ora cotejando - quando associadas a ideias similares à aquela cujo valor está em questão. Quando se diz ‘segunda’, falamos do dia da semana, da pessoa que chegou

depois da primeira, ou de uma nova questão colocada? Noutras línguas veríamos o segundo dia da semana recebendo a mesma significação, mas com outros valores dentro de outros sistemas linguísticos.

Dizer que o valor de um signo não significa, mas vale pela diferença, implica assumir a existência de outros valores. E essa diferença entre valores só pode existir por que entre um signo e outro, ou seja, pelos poros da Alíngua, transpira um silêncio desestabilizador que impossibilita que um signo seja o portador de um único sentido; ou mais: que um sentido possa ser moldado, cortado e costurado, por um único signo. Essa costura só pode acontecer através da noção de valor linguístico, quer seja pelas diferenças que circundam cada palavra, quer seja pelas aproximações conceituais entre elas. É o Real da Língua que furta da palavra sua capacidade de significar plenamente e a coloca numa relação de interdependência com outras tantas palavras. A palavra ‘casa’ só poderá se aproximar de algum sentido quando colocada em relação a outras: quer seja morada, lar, ou igreja, templo e casa de Deus, ou ainda agremiação, associação, família etc.

Isso nos leva a assumir que a noção de valor linguístico pressupõe a presença significante do silêncio dentro da língua; o que pressupõe, conseqüentemente, a língua como um sistema em constante movimento, um sistema dinâmico onde o inesperado sempre está à espreita.

A ANGÚSTIA DE BABEL: A LOGOFILIA

E assim nos defrontamos com um derradeiro efeito, também proveniente da incompletude do real. Milner (MILNER, 1987), ao abordar o entrelaçamento entre a língua e a falta, percebe na Alíngua o lugar onde o desejo encontra a língua. Em outras palavras, a falta faz nascer na língua um desejo pela completude da significação nela mesma, o que será conhecido em Pêcheux como ‘logofilia’ (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.45), uma espécie de desconforto próprio da língua (MORALES, 2003). Eis então a logofilia: mal-estar, angústia e inquietação diante do impossível da língua. A história da linguística, como afirma Pêcheux, mostra justamente esse movimento de angústia e vertigem quando se lança no fazer científico na intenção de corrigir a ferida narcísica da língua, o erro de Babel: a divisão.

A linguística, ciência da língua e das línguas, ciência da divisão sob a unidade, traria assim, inscrito em seu destino o desejo irrealizável de curar a ferida narcísica aberta pelo conhecimento da divisão. Seria esse

destino que induz a estranha propensão da linguística a se resvalar na ignorância? (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.19).

Clareza, perfeição, ajustamento e correção são noções que, diante da errância fundamental da língua e da comunicação, se coagulam. Talvez por isso linguistas de diversas nacionalidades e épocas se lançaram na tentativa de solucionar o ‘problema da linguagem’ através de fórmulas científicas, cálculos matemáticos, línguas artificiais etc. Uma nota de final de capítulo, em *A língua inatingível*, ajuda a lançar luz sobre a dramaticidade dessa busca. O capítulo quatro, ao abordar a criação do esperanto, em 1887, por Lazare Zamenhof, traz a justificativa de tal projeto e a revelação desse desconforto:

Se eu não fosse um Judeu do gueto, a ideia de unir a humanidade não me teria vindo à mente, ou não me teria obcecado tão obstinadamente durante toda a minha vida. Ninguém pode sentir tanto quanto um Judeu do gueto a infelicidade da divisão humana. Ninguém pode sentir a necessidade de uma língua humanamente neutra e não-nacional com tanta força quanto um Judeu, que é obrigado a rezar a Deus em uma língua morta há muitos anos, que recebe sua educação e sua instrução na língua de um povo que o rejeita, e que tem companheiros de sofrimento em toda a terra, com os quais ele não pode se fazer entender. Meu judaísmo foi a razão principal pela qual, desde a mais tenra infância, eu me dediquei a uma ideia e a um sonho essencial, ao sonho de unir a humanidade (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.49).

Não parece compreensível? E como seria o contrário: uma língua plena? Provavelmente essa utopia tenha movido muitos pensadores da linguagem no decorrer da história. É possível imaginar um mundo onde as pessoas não precisassem supor as intenções dos outros, onde não precisassem interpretar nem julgar? Onde a comunicação fosse totalmente eficiente, clara e concisa, sem más-interpretações, nem equívocos, sem mentiras, sem meias palavras...?

Guerras seriam evitadas? Seríamos melhores humanos?

Estas e outras perguntas é que nos conduzem a pensar que objetivo de solucionar o problema da língua não seja exclusivo dos linguistas. Esse processo talvez seja, antes de ideológico, ontológico: um desejo inato de estabilização dos sentidos, de clareza e inteireza que toca a língua. “*O desejo de unicidade que atravessa o homem é função da sua relação com o simbólico sob o modo do verbal*” (ORLANDI, 2007, p.32).

O homem está "condenado" a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à "interpretação": tudo tem de fazer sentido (qualquer que ele seja). O homem está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico (ORLANDI, 2007, p.29).

A língua como lugar de um saber em que ficções podem ser regradadas é o ponto logofílico contraditório pelo qual a linguística toca o seu real. Fazemos parecer que a linguagem humana não suporta a loucura. Tenta-se destaca-la (separá-la) da linguagem na intenção de declarar sua anomalia como algo externo, não pertencente. Assim, trabalha-se a ilusão de que a língua pode encontrar sua totalidade significativa, longe de erros, lapsos e derivas. Trabalha-se a ideia de uma língua instrumental que pode ser eficiente, mundial e total; o narcisismo da língua.

Pêcheux e Gadet, em *A língua inatingível*, delineiam uma história da linguística, e acreditamos que o fio condutor que perpassa os mais diversos momentos históricos desse campo seja justamente a logofilia, este desejo de compreender e corrigir a linguagem humana, um anseio por sanar a ferida narcísica nascida em Babel⁴ (Gadet e Pêcheux, 2004, p.19). Vários capítulos abordam esse eixo temático, quer seja objetivamente, quer seja indiretamente; a temática da logofilia passa por diferentes teóricos, correntes linguísticas, períodos históricos, efeitos políticos e acontecimentos discursivos.

As finalidades últimas da linguística, longe de visar a uma solução teórica, parecem manter uma relação estreita com o desejo político de terminar de uma vez por todas com os obstáculos que entravam a "comunicação" entre os homens. Do esperanto às línguas lógicas, os linguistas não param de procurar a nova língua universal capaz de reproduzir o milagre de uma Pentecostes científica: Babel reencontrada (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.21).

Ah, a linguagem corrigida, perfeita! Sem a intimidação do real: extirpado. Sem as ameaças do silêncio: estancado. Sem os embaraços da ambiguidade, nem os perigos das metáforas: o sonho da linguagem e da comunicação perfeita.

CONCLUSÃO: ERRÂNCIA E POESIA NA COMUNICAÇÃO

No decorrer da história da linguística e da comunicação, o espírito logofílico que tomou conta de diversos teóricos fez com que as ambiguidades, as derivas de sentido, as falhas e as incompletudes enfim, fossem tratadas como problemas a serem solucionados. O real da língua, assim, foi relegado ao posto de desafeto número um de todos os que almejavam o perfeito funcionamento da língua. Diversas correntes teóricas tentaram

⁴ Segundo os autores, um mito.

transformar em problema aquilo que inevitavelmente é constituinte da língua, aquilo que é próprio de seu funcionamento (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.45). Logo, se fosse possível tal reparação, o que de fato se faria seria, afinal, inviabilizar a língua e coagular seu funcionamento.

Neste movimento de construção de regras gramaticais, normas sintáticas e bons usos da língua, os ‘erros’ da língua foram, aos poucos, sendo domesticados. Ao menos é que se imagina. Quando constroem a boa comunicação, estes erros são acolhidos pela linguística e passam por processos de moderação, instrumentalização e manipulação, como se fossem mecanismos que, bem usados, podem vir a ser úteis à boa comunicação.

No centro do texto nonsense há uma falta (mais frequentemente semântica): o texto desenvolve, em torno dessa falta, e para conjurá-la, toda uma série de estruturas de acréscimo: numérica, sintática e retórica, narrativa e prosódica. O nonsense é um gênero sintático: a sintaxe é sempre rigorosamente observada e serve de barreira. A hipercorreção sintática é o excesso que conjura a falta semântica (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.197).

E não é este também o caso das figuras de linguagem? É comum serem definidas como “*recursos que tornam as mensagens que emitimos mais expressivas. Subdividem-se em figuras de som, figuras de palavras, figuras de pensamento e figuras de construção*” (CENAG, 2012). Não seria isso uma ‘Instrumentalização do Erro’?

A ambiguidade, por exemplo, recebe o status de Metáfora, uma figura de linguagem que recebe normas de bom uso e adequação à língua, diretrizes quanto à conveniência e grau. Aristóteles já prescrevia isso há mais de dois mil anos (Aristóteles, 2008). O dicionário Priberam define metáfora como “*Figura de retórica em que a significação habitual de uma palavra é substituída por outra, só aplicável por comparação subentendida*” (FLIP9_BRASIL, 2014).

E o mesmo se pode falar sobre a metonímia, a catacrese, a perífrase, a sinestesia, o eufemismo, a antítese, o paradoxo e todas as outras ‘figuras de linguagem’. São formas de trazer para o seio da normalidade gramatical aquilo que é considerado anormal. No entanto, no lastro dessas nomeações, categorizações e instrumentalizações funcionam regras que se sustentam nas paredes dos muros que separam um ‘erro’ de outro ‘erro’, ou melhor, uma figura de linguagem de outra figura de linguagem. Elas se sustentam pelas diferenças em um sistema, tal como o valor do signo em Saussure; o que atesta, afinal, a

incapacidade do sistema linguístico em seu objetivo de forjar regras sólidas para domesticar o Real da Língua.

Contudo, ainda outro questionamento inquietante atormenta os campos que estudam a comunicação humana. Em meio a esse cenário logofílico, a poesia é vista como algo a ser evitado, colocando-se o primado sobre a língua correta, clara, evidente e funcional, em detrimento das vicissitudes e inutilidades da poesia. Certo questionamento emerge diante da sedentarização da língua: como categorizar e submeter o poético a algum sistema que rege boas práticas da língua?

Pêcheux e Gadet, em diálogo com Milner, apontam que este último solucionou este problema colocando o poético como um funcionamento à parte na língua. Aliás, Milner atribui um peso muito importante a este “ponto de poesia”, que seria o local teórico onde se tem a ideia de que língua se inscreve no real, e que os ‘erros’ da linguagem se mostram como constituintes. O problema, afirma Pêcheux e Gadet, é que Milner não pressupõe em sua teoria a noção de Valor do Signo, o que o leva a dizer que a linguagem poética é uma linguagem à parte, um funcionamento específico e exclusivo da poesia (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.63).

E então os autores questionam: se colocarmos o conceito de Valor nesta equação, onde se sustentaria essa certeza da poesia como um ponto privilegiado de cessação? Compreender a língua sob o princípio do valor nos leva a assumir que:

...a poesia não tem lugar determinado na língua porque ela é literalmente coextensiva a esta última, do mesmo modo que o equívoco: talvez não haja poesia. Não há poesia porque o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica), o ponto em que a língua atinge a história (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.64).

Em nosso texto isso significa assumir que entre uma palavra e outra habita a substância significativa “silêncio”. E mais: é ele que fundamenta a noção de valor, ou seja, é o silêncio que está na base do funcionamento desse sistema que vale pelas diferenças de cada interdito, como um conjunto de cortes e costuras no silêncio na tentativa de disciplinar a significação.

Essa ideia se coaduna com a afirmação de Gadet e Pêcheux que atesta que o elemento que corrompe a completude da língua não pode ser a própria língua, mas é fruto do encontro da Língua e da História com o Real, o impossível de significar, a porta de

entrada do silêncio para dentro da língua. Neste aspecto, toda a língua está sujeita aos mesmos funcionamentos.

Diante das teorias que isolam o poético do conjunto da linguagem, como lugar de efeitos especiais, o trabalho de Saussure [...] faz do poético um deslizamento inerente a toda linguagem: o que Saussure estabeleceu não é uma propriedade do verso saturnino nem da poesia, mas uma propriedade da própria língua. O poeta seria apenas aquele que consegue levar essa propriedade da linguagem a seus últimos limites (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.58).

E aqui chegamos ao ponto central deste artigo. Para Pêcheux, não existe uma linguagem jornalística, outra publicitária, outra jurídica etc. Se o poético não possui um lugar especial ou um funcionamento desligado do resto da língua, o que pode fazer diferença é a forma com que se usa a linguagem em cada campo de conhecimento. E neste caso, a medida seria a relação entre o sujeito que toma a palavra e a logofilia, ou seja: em que medida está este sujeito comprometido com uma língua perfeita e acabada?

[...] o que faz aqui irrupção na linguística (e que nela fica parcialmente entravado) refere-se precisamente à relação entre o diurno e o noturno, entre a ciência e a poesia (ou até a loucura) (GADET E PÊCHEUX, 2004, p.57).

Os autores parecem sugerir, ainda que de forma frágil, uma escala de relação entre o sujeito e a língua, o que nos daria bases, ainda que tênues, para afirmarmos que a linguagem científica, sob o imperativo da clareza, fosse a linguagem mais submetida à logofilia, ou seja, a negação do Real da Língua e de suas consequências. O poeta, por outro lado, é aquele que, não temendo o Real, leva as propriedades da língua até as últimas consequências. Logo, o poeta, o cientista e as massas fazem uso da mesma língua, do mesmo sistema que é tocado pelo Real da Língua; todos fazem uso de um mesmo funcionamento signifiante que carrega “silêncio” em seus poros.

REFERÊNCIAS:

ARISTÓTELES. **Poética**. 3ª ed. Lisboa: 2008.

CENAG, C. D. E. E. A. À. G. O. **Manual de língua portuguesa do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**. Brasília, DF: 2012.

DA SILVA, D. L. G. **UMA LEITURA DA NOÇÃO DE VALOR LINGÜÍSTICO EM FERDINAND DE SAUSSURE**. *Revista de Letras*. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 10 2008.

FLIP9_BRASIL. Dicionário Priberam. 2014. Disponível em: < <http://priberam.pt/> >.

FONTANA, M. O acontecimento do discurso na contingência da história. In: INDURSKY, F.; MARIA CRISTINA FERREIRA, M. C., *et al* (Ed.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Editora Claraluz, 2009. p.464.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível. O discurso na história da linguística**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

MILNER, J. C. **O Amor da Língua**. Porto Alegre: Ed.Artes Médicas Sul Ltda., 1987.

MORALES, B. D. S. V. **O REAL DA LÍNGUA O REAL DA HISTÓRIA: considerações a partir do texto La Lengua de Nunca Acabar. Pêcheux e Gadet (1987)**. I SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso. UFRGS 2003.

NASCIMENTO JÚNIOR, A. F. Fragmentos do pensamento dialético na história da construção das ciências da natureza. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 6, p. 119-139, 2000. ISSN 1516-7313. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132000000200004&nrm=iso >.

NASSIM, S. **A lembrança do silêncio: mística, filosofia e psicanálise**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Novamente, 2000.

NIETZSCHE, F. **Assim falou Zaratustra**. Rio de Janeiro: 2003.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2008.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 7 ed. São Paulo: 1975.

TFOUNI, F. **O interdito e o silêncio: duas abordagens do impossível na linguagem**. Linguagem em (Dis)curso. Tubarão, SC: LemD: p. 353-371, p. 2008.

TFOUNI, F. E. V. Por que existe linguagem em vez de nada?: Uma leitura discursiva e psicanalítica. **Psicologia em Revista**, v. 18, p. 175-194, 2012. ISSN 1677-1168. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682012000200002&nrm=iso >.

TFOUNI, L. V.; LAUREANO, M. M. M. **AS MARCAS DO REAL E O EQUÍVOCO DA LÍNGUA**. IIIº SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre, RS: UFRGS 2007.

VICENZI, E. Psicanálise e linguística estrutural: as relações entre as concepções de linguagem e de significação de Saussure e Lacan. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 12, p. 27-40, 2009. ISSN 1516-1498. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982009000100002&nrm=iso >.